



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2019**

**ANEXO V
Prestação de Contas de Gestão
IN 20 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CATANDUVAS

**GESTOR: JANETE COUTO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 14, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“O relatório de gestão deve demonstrar a execução da programação orçamentária e o cumprimento das metas físicas da unidade jurisdicionada, avaliar os resultados da atuação da respectiva unidade no cumprimento das suas finalidades institucionais durante um exercício financeiro”.

A unidade gestora **Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas** apresenta o relatório de gestão, conforme anexo V, da Instrução Normativa TC 0020/2015.

ANEXO V
PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

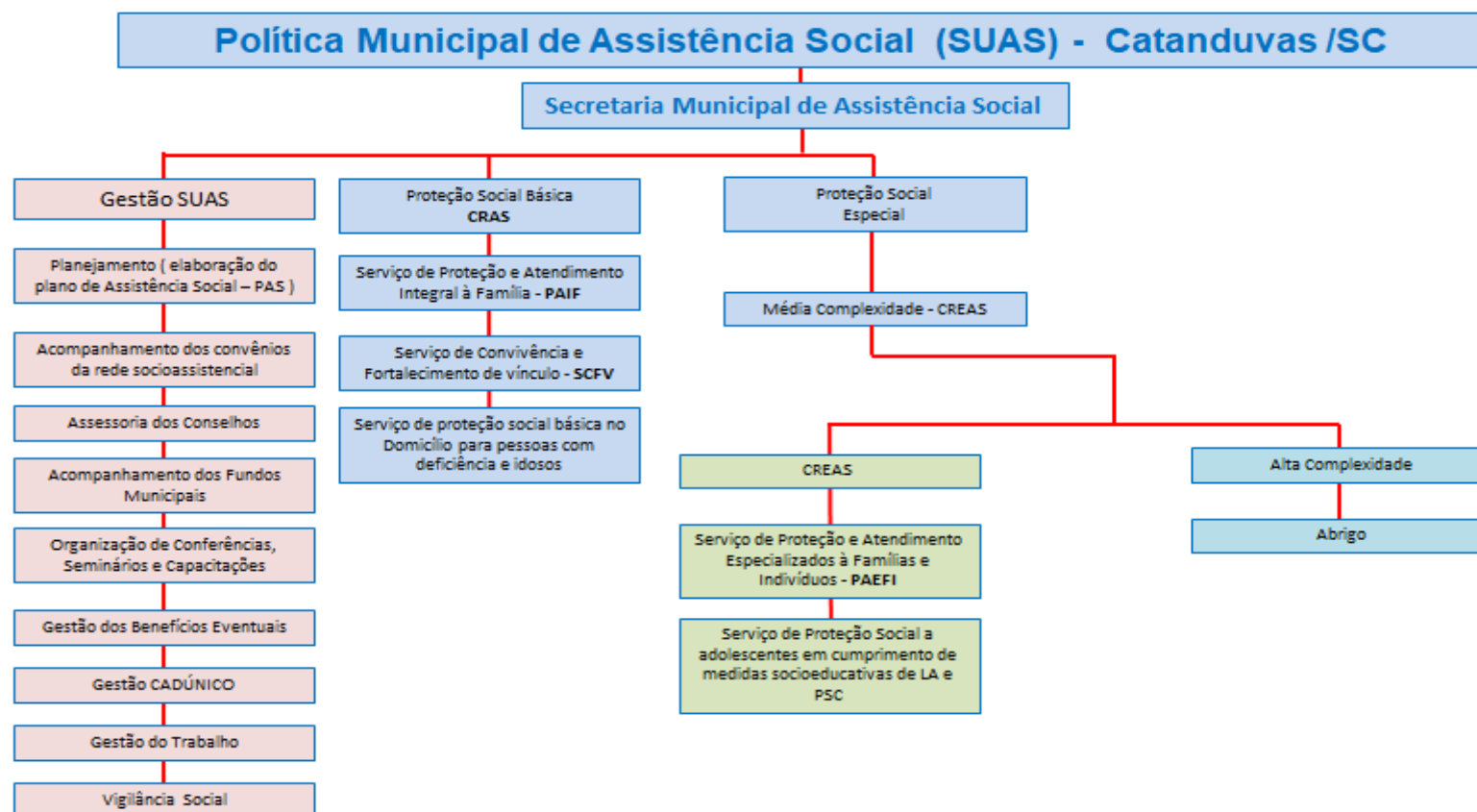
| | |
|------------------|---|
| Entidade: | Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas (SC) |
| CNPJ: | 11.776.999/0001-81 |
| Endereço: | Rua da Liberdade, s/n- Centro Catanduvas (SC) – CEP 89.670-000 |
| Telefone: | (49) 3525 6500 |
| E-mail: | astsocial@catanduvas.sc.gov.br |

b) Rol dos Responsáveis:

| Responsáveis | Nome | CPF | Cargo Função | Período de gestão | Ato Nomeação e data | Ato Exoneração e data | Endereço Residencial | e-mail |
|---|------------------------------|----------------|--|-------------------------------|--|---|--|-------------------------------------|
| Prefeito | Dorival Ribeiro dos Santos | 195.397.549-68 | Prefeito | 01/01/2017 a 31/12/2020 | Ata de Posse n. 62/2017 de 1º de Janeiro de 2017 | Término do Mandato em 31.12.2020 | Rua Almirante Tamandaré – n. 2716 - Centro de Catanduvas (SC) | prefeito@catanduvas.sc. gov.br |
| Secretaria Municipal de Assistência Social | Everaldo Gabriel da Costa | 693.272.039.68 | Secretário Municipal de Assistência Social | 08/05/2018 a 03/11/2019 | Portaria 7.554/18 | Término do mandato em 23/01/2020 Portaria 8067/20 | Rua da Liberdade – Cidade Jardim Catanduvas (SC) | ast_social@catanduvas. sc.gov.br |

| | | | | | | | | |
|---|--------------------------|----------------|--|-----------------------------|-------------------|---|-------------------------------------|--------------------------------|
| Secretaria Municipal de Assistência Social | Janete Couto de Oliveira | 753.033.459-04 | Secretaria Municipal de Assistência Social | 04/11/2019 Até o momento | Portaria 8.021/19 | - | Rua Severiano Guerreiro-Centro s/nº | Ast_social@catanduvassc.gov.bt |
|---|--------------------------|----------------|--|-----------------------------|-------------------|---|-------------------------------------|--------------------------------|

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:



d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei de Criação: Lei complementar n. 120 de 17 de novembro de 2015.

À Secretaria Municipal de Assistência Social compete, entre outras a execução das políticas sociais, especialmente daquelas voltadas a atenção ao idoso, a criança e as entidades civis com fins sociais estabelecidas no Município, supervisionar e coordenar as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cooperar nas atividades do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo o Estatuto próprio, executar as diretrizes e observar as determinações da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, atuar de forma integrada com os demais órgãos do Governo Municipal objetivando o atingimento das metas de assistência social e a saúde, de forma universalizada, ampla e irrestrita a população catanduvense, estabelecer diretrizes e cumprir metas relativas a atenção a assistência social; coordenar e organizar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em âmbito local; planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais; organizar a rede sócio assistencial por níveis de proteção social básica e especial; manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais; realizar a gestão integrada de serviços e benefícios; promover a articulação Inter setorial dos serviços sócio assistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos; elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços sócio assistenciais; efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços; gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos de Direitos a ela vinculados; organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social; gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais; elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social; assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de Direitos a ela vinculados; desenvolver serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços; desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial; desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação; elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.

II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC 0975/2019

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas no exercício financeiro.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar.

III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês.

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS:

| | | Exercício | 2019 |
|--|---|----------------------|-----------------------------------|
| Entidade Beneficiada | Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição) | Formalização | Valor Anual Transferido (Pago) |
| Associação Casa de Apoio Santa Clara – ACASC | Contribuição | Termo de Colaboração | 6.627,45 |
| Sociedade Patronato Anjo da Guarda – SPAG | Contribuição | Termo de Colaboração | 120.000,00 |
| Associação Recanto da Sobriedade -ARES | Contribuição | Termo de Colaboração | 3.500,00 |
| Total | | | R\$ 130.127,45 |

V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Facultado pelo Tribunal de Contas por meio da Portaria nº TC-0975-2019.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

| Recomendações Atendidas | | | | |
|---|--|-------------------|---|---|
| Recomendações | Providência Sugerida | Setor Responsável | Providências adotadas | Resultados obtidos |
| Instalação de rastreadores nos veículos da secretaria | Verificação da Possibilidade ou não da Adição de Contratos | Controle Interno | Instalação de rastreadores nos veículos da secretaria | Eficiência no monitoramento da frota de veículos. |

b) Recomendações pendentes:

Não há recomendações pendentes.

VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão na unidade gestora.

VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

a) identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:

Sociedade Patronato Anjo da Guarda
CNPJ: 84.590.256/0001-96
Inexigibilidade de Chamamento Público 0001/2018 – Lei 13.019/14

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A Sociedade Patronato Anjo da Guarda é uma instituição sem fins econômicos, de caráter assistencial, educacional e cultural, que traça seus parâmetros com base na Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.

A entidade mantém uma casa de acolhimento provisório, adequado às atividades e prestação de serviços de educação, assistência social, saúde, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes.

- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria:** Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/2014
- **Objeto:** Acolhimento institucional para crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos.
- **Vigência:** Janeiro de 2019 – Dezembro de 2019.
- **Obrigatoriedade:** Termo de Ajustamento de Conduta (06.2013.0003006-6)
- **Repasse:** R\$ 120.000,00 - Parcelas de R\$ 10.000,00

| Data | Valor | Modalidade |
|------------|-----------|----------------------|
| 15/01/2019 | 10.000,00 | Termo de colaboração |
| 08/02/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 19/03/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 10/04/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 08/05/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 07/06/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |

| | | |
|---------------------------|-------------------|----------------------|
| 08/07/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 05/08/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 04/09/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 07/10/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 05/11/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| 06/12/2019 | 10.000,00 | Termo de Colaboração |
| | | |
| Valor Total - 2019 | 120.000,00 | |

- **Avaliação de Metas e Índices**

Não há como mensurar metas e índices avaliativos da parceria. Trata-se de instituição de acolhimento que conta com o auxílio financeiro dos municípios da Comarca de Catanduvas (SC).

O termo de colaboração, assim como a inexigibilidade de chamamento público foi regido mediante as condições do Termo de Ajustamento de Conduta (06.2013.0003006-6) firmado entre os municípios da Comarca de Catanduvas e o Ministério Público.

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

Associação Casa de Apoio Santa Clara
CNPJ: 08.321.413/0001-80
Inexigibilidade de Chamamento Público 0004/2018 – Lei 13.019/14

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A Associação Casa de Apoio Santa Clara é uma associação de direito privado, religiosa e sem fins lucrativos.

A entidade presta serviços de atendimento e acolhimento à saúde e assistência social às pessoas “excluídas” da sociedade, do sexo feminino com idade entre 21 e 60 anos com distúrbios psíquicos, bipolaridade e depressão leve a moderada.

- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria:** Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei 13.019/2014
- **Objeto:** Acolhimento institucional de mulheres entre 21 e 60 anos acometidas por transtornos psíquicos de natureza leve a moderada.
- **Vigência:** 14 de Setembro de 2018 a 14 de Setembro de 2019.
- **Aditivo:** 15 de Setembro de 2019 à 15 de 15 de Setembro de 2020
- **Obrigatoriedade:** Autos nº 0900038-13.2016.8.24.0218
- **Repasse: R\$6.627,45** no período de vigência
-

| Data | Valor | Modalidade |
|---------------------------|-----------------|----------------------|
| 25/01/2019 | 546,00 | Termo de colaboração |
| 14/05/2019 | 2.184,00 | Termo de Colaboração |
| 13/06/2019 | 546,00 | Termo de Colaboração |
| 08/07/2019 | 546,00 | Termo de Colaboração |
| 05/08/2019 | 546,00 | Termo de Colaboração |
| 04/09/2019 | 546,00 | Termo de Colaboração |
| 14/10/2019 | 571,15 | Termo de Colaboração |
| 08/11/2019 | 571,15 | Termo de Colaboração |
| 13/12/2019 | 571,15 | Termo de Colaboração |
| | | |
| Valor Total - 2019 | 6.627,45 | |

- **Avaliação de Metas e Índices:**

Considerando que a parceria não perfectibilizou o período de um exercício completo, não foi efetuada a avaliação pormenorizada da parceria. Todavia, são realizadas visitas para verificação do cumprimento do termo de colaboração.

Ressalta-se que a parceria em suma se deu em razão da obrigatoriedade do acolhimento institucional de uma munícipe catanduvense, devidamente determinado nos autos de n. 0900038-13.2016.8.24.0218.

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

Associação Recanto da Sobriedade - ARES

CNPJ: 05.083.071/0001-19

Processo Licitatório nº0057/2019 – Dispensa de Licitação nº0013/2019

- **Âmbito de Atuação da Entidade:** A Associação Recanto da Sobriedade ARES é uma associação de direito privado, religiosa e sem fins lucrativos.

A entidade presta serviços de atendimento e acolhimento à saúde e assistência social às pessoas “excluídas” da sociedade, do sexo masculino com idade entre 21 e 60 anos com deficiência motora.

- **Regulamentação da Contratação de Obras e Serviços:** A critério da entidade, desde que de acordo com o termo de colaboração.
- **Informações Sobre o Termo de Parceria: Processo Licitatório/Dispensa de Licitação**
- **Objeto:** Acolhimento institucional de homem entre 21 e 60 anos acometidas de deficiência Motora
- **Vigência:** 04 de Abril de 2019 a 31 de Dezembro de 2019.
- **Aditivo:** 01 de Janeiro de 2020 à 31 de Dezembro de 2020.
- **Obrigatoriedade:** Autos nº 0900038-13.2016.8.24.0218

- **Repasse: 3.500,00** no período de vigência

| Data | Valor | Modalidade |
|---------------------------|-----------------|----------------------|
| 26/06/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 08/07/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 14/08/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 04/09/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 08/10/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 08/11/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| 13/12/2019 | 500,00 | Termo de colaboração |
| | | |
| Valor Total – 2019 | 3.500,00 | |

- **Avaliação de Metas e Índices:**

Considerando que a parceria não perfectibilizou o período de um exercício completo, não foi efetuada a avaliação pormenorizada da parceria. Todavia, são realizadas visitas para verificação do cumprimento do termo de colaboração.

Ressalta-se que a parceria em suma se deu em razão da obrigatoriedade do acolhimento institucional de uma munícipe catanduvense, devidamente determinado nos autos de n. 0900038-13.2016.8.24.0218.

Da parceria em comento, conclui-se que as atividades que deveriam ser desempenhadas pela entidade foram desenvolvidas com êxito.

Os recursos repassados foram utilizados em despesas autorizadas pela legislação e termo de colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015, encaminhamos o relatório de gestão, da Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Catanduvas.

JANETE COUTO DE OLIVEIRA
Gestora
Secretária Municipal de Assistência Social
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 04 de Março de 2020.